

Idéias em debate

Constituinte exige reflexão

O prof. Claudio Lembo, secretário dos negócios Jurídicos do Município de São Paulo, proferiu aula inaugural do ano letivo de 1987, no Campus da Universida-

de Mackenzie em São Paulo, por iniciativa do Instituto Tancredo Neves e Fundação Friedrich Naumann. Na ocasião, etc disse:

"A possibilidade de falar a jovens é privilégio e responsabilidade, a um só tempo. O privilégio se registra neste ato singular, mas de profundo significado, configurado pela transmissão de vivências de uma geração a outra.

Entre os estudantes que, hoje, ingressam na Universidade e minha geração existe imenso espaço de tempo e ainda maior de mentalidade, em virtude da rapidez com que os acontecimentos e mutações sociais se verificam nesta época contemporânea.

Daí a importância de se manterem eles — mesmo que tênues — entre as gerações, mediante a recíproca transferência de conhecimentos.

A responsabilidade, por seu turno, se coloca na preocupação advinda da qualidade das vivências transmitidas. Ninguém é bom julgador das vicissitudes de seu tempo e de suas próprias experiências.

Consciente da natureza do conteúdo destas colocações, agradeço à Universidade Mackenzie a oportunidade de me dirigir a jovens que, neste ano, iniciam caminhada em busca de título superior.

Desculpo-me, antecipadamente, pedindo a docentes e discentes a graça da absolvição por eventuais conceitos inadvertidos, a seguir expostos. Afirmo com lealdade, são frutos de reflexão e, penso, se examinados convenientemente, poderão ajudar a alterar rumos, conduzindo a situações sem as adversidades, hoje, enfrentadas pelo Brasil.

Os brasileiros, bem como nossos antecessores portugueses, sempre se mostraram pouco afeitos ao hábito de filosofar e meditar. Quando o fazem, agem de duas maneiras invariavelmente. O ufanismo desmedido, cantando vitórias e conquistas, ou a angústia depressiva, afirmando fragilidades e derrotas.

Nossa gente, raramente, se debruça sobre a História para recolher os pressupostos de nossa existência e, em seguida, projetá-los em acontecimentos presentes.

No entanto, se o fizesse, seguramente, muitos de nossos males contemporâneos seriam equacionados, a partir deste trabalho de análise coletiva das condicionantes de nossa maneira de agir.

Hoje, no findar do Século XX, os brasileiros ainda se mostram antagônicos à idéia de lucro, por exemplo. Imaginam o lucro como algo pecaminoso. Até mesmo vulgar. Ao mesmo tempo, ou em razão, não acreditam plenamente no trabalho como força capaz de movimentar a sociedade, conduzindo-a a estágios mais elevados de qualidade de vida.

Salvo exceções individuais, trabalho e lucro, por ora, se apresentam como elementos pouco aceitos pelo inconsciente coletivo brasileiro. Este bloqueio tem suas causas. É preciso conhecê-las para, uma vez racionalizadas, se poder avançar sem obstáculos psicológicos.

Em mero esboço, vamos tentar proceder à captação dos motivos que levaram os brasileiros, e seus antecessores portugueses, a se comportar como acontece, comumente.

A Península Ibérica, espaço territorial ocupado por Portugal e Espanha, tem seu auge na época das Grandes Descobertas. Estas se caracterizam como misto de aventura e conquista, sem definição precisa de objetivos. Os navegadores iam em busca de especiarias ou de almas pagãs a serem convertidas ao cristianismo? Esta a indagação. É dúvida que sempre paira, a partir da leitura dos textos clássicos.

Duas verdades, contudo, emergem, quando o período dos descobrimentos merece exame mais atento. Portugal, como afirma estudioso luso, no momento mais qualificado de sua História, dedicou-se tão somente ao "transporte". Jamais à indústria e, portanto, à transformação de bens recolhidos, nos mais longínquos portos do mundo, então conhecido. Foi um entreposto de matérias-primas, apenas.

A segunda verdade, facilmente identificável, indica a índole cavalheiresca dos ibéricos. São capazes de grandes e nobres gestos. Não admiram, em contraface, a atividade metódica e rotineira.

Ainda hoje, como é óbvio, estas causas remotas se refletem na maneira de ser da sociedade brasileira, produzindo conseqüências. Há, todavia, causas mais próximas, apesar de, entre elas e a atualidade, mais de 500 anos transcorreram.

A primeira delas, sem dúvida, se encontra na expulsão, por motivos econômicos e religiosos, dos judeus de Portugal. Eles se constituíam em fonte de trabalho artesanal e mercancia e, com a saída dos hebreus, criou-se um vácuo não preenchido.

Muitos judeus transplantaram-se para o Brasil. São os chamados degredados — desterrados —, perseguidos político-religiosos, portanto. A maioria, porém, emigrou para os Países Baixos e lá instalaram competentes entrepostos comerciais e deram origem a exuberantes criações filosóficas, deixando Portugal, conforme frase de seu povo, "a ver navios".

A segunda causa, como a primeira, é entremeadada de motivos religiosos. Na Euro-

pa, a partir do século XVI, iniciou-se movimento denominado Reforma. Procuram seus iniciadores, entre eles Calvino e Lutero, mudanças nos costumes do clero romano, redefinir comportamentos, atitudes e rever dogmas de fé.

A Reforma espalhou-se rapidamente pela Europa, alcançando êxito e conquistando povos. A toda ação corresponde reação em sentido contrário. A Igreja romana, constatando a amplitude tomada pelo movimento reformista, agiu. Convocou o Concílio de Trento.

Este Concílio, realizado em Trento, na Itália, desenvolveu-se a contar do ano de 1543 e produziu alterações religiosas e políticas. Uma série de princípios foram extraídos dos trabalhos deste concílio da Igreja romana.

Talvez, em virtude de seus reflexos na vida secular, a proibição de acesso direto do crente ao texto da Bíblia caracterizou o princípio com conseqüências mais nítidas, pois dele surgiu efeito imediato: a ausência da necessidade de alfabetização por parte dos crentes. Exatamente o contrário aconteceu com os povos que adotaram a Reforma. A alfabetização, neste caso, tornou-se instrumento para recolher a manifestação evangélica.

Não é só, porém.

O Concílio de Trento originou, ainda, movimento, com centro em Roma, denominado Contra-Reforma. Ele buscou "condenar os erros, eliminar os abusos e restabelecer a paz e a unidade no povo cristão" e, para atingir os fins colimados, munuiu-se de braço forte: a Inquisição, também chamada Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.

A finalidade do Santo Ofício, antes instalado em Roma e, bem mais tarde, em Portugal, era inquirir, perguntar, indagar a todas as pessoas sobre sua fé e atos de suas vidas. Registrar costumes e leituras.

Um tribunal, com estes objetivos, rompeu, o que hoje denominamos, a privacidade das pessoas e cortou o fluxo criador nascido com o Humanismo, a partir do Renascimento.

As ciências regrediram, Galileu obrigado a abjurar suas próprias descobertas. Giordano Bruno mereceu a fogueira. Idêntico destino conheceram milhares de pessoas, em Portugal.

Este estado de coisas se reflete em versos repletos de desespero. O poeta afirma: "A medo vivo, a medo escrevo e falo, Hei medo do que falo só comigo, Mas ainda a medo, a medo calo."

Exatamente isto. O medo penetrou na alma de todos os peninsulares e, por exportação, atingiu também o Brasil. É preciso atenção. A presença européia, em nossa terra, se iniciou, exatamente, quando os efeitos da Contra-Reforma começam a se propagar "urbi et orbe", isto é, por toda a parte.

A colonização portuguesa conta com méritos. Estes são conhecidos e foram proclamados. Neste passo, é necessário identificar a idéia-força da metrópole, costumadamente omitida pela História. Só desta maneira determinadas situações existentes, na atualidade brasileira, serão compreendidas.

Muitas destas situações refletem processo histórico orientado, no início e durante séculos, pelos princípios oriundos do Concílio de Trento.

Ora, neste final de Século XX, quando as posições religiosas recebem novos contornos, é oportuno recordar estes fatos. Somente examinando-os podemos afastar falsos conceitos e inadmissíveis preconceitos existentes na nossa sociedade e, por vezes, sequer identificados.

Ao contrário, estes conceitos e preconceitos são aceitos como coisa natural e inconseqüente, quando, na verdade, geram muitas de nossas adversidades.

No campo coletivo, por exemplo, o Estado brasileiro centralizador e onipresente é produto direto de nosso passado remoto. Todos temem o Estado. Todos esperam tudo do Estado.

No campo individual, ainda exemplificando, encontramos a ausência de uma ética do esforço. Tudo acontece "porque Deus quis" e não porque se quis honrar a Deus pela dedicação pessoal ao trabalho e respeito.

Após esta breve incursão a nossas origens, aqui superficialmente retratadas, em apenas alguns de seus aspectos, atinge-se conclusão. A busca de uma sociedade mais justa, aberta e democrática contém algumas premissas, a saber:

— o retorno à amplitude do pensamento humanístico puro, onde a busca dos valores de pessoa, constitui objeto fundamental.

— a crença na racionalidade, como forma de liberar a inata capacidade das pessoas para equacionar problemas, dando-lhes soluções adequadas.

— a essencialidade da reflexão, a partir da leitura arejada da obra dos mais variados autores e, portanto, adeptos de múltiplas cosmovisões.

A partir destes axiomas, outras evidências são atingidas, apesar de afastadas de nossas cogitações, secularmente. São as seguintes:

— cada pessoa é capaz de se conduzir por si mesma.

— é preciso conhecer para se buscar a verdade.

— a verdade não pode ser induzida.

— a verdade, portanto, é conquista individual.

Neste ponto, muitos estarão perguntando: O que tudo isto tem a ver com os trabalhos constituintes, atualmente, em desenvolvimento, em Brasília?

A resposta é simples. Tudo. A elaboração de uma autêntica Constituição passa, obrigatoriamente, pelo passado de uma sociedade para, após trabalho de decantação, registrar os valores que esta mesma sociedade quer ver refletidos na contemporaneidade.

Antes de redigir uma nova Constituição portanto, o legislador bem-intencionado necessita constatar os equívocos e os acertos constantes dos registros da História.

Caso contrário, o futuro documento constitucional será, como muitos outros, mero trabalho de cópia, sem significado real. Ou como se dizia, nos tempos do Império, "lei para inglês ver", bem escrita, digna de admiração, mas sem nenhuma aplicação à realidade.

Certamente, os expositores que irão me suceder apresentarão os mecanismos legislativos para a elaboração de uma Constituição. Os dispositivos que, obrigatoriamente, necessitam ser inseridos no documento, tais como os direitos e garantias individuais.

Preferi, no entanto, este esboço histórico, pois ele, após reflexão, poderá produzir efeitos além dos meros limites dos trabalhos constituintes, ora instalados.

Isto porque, imbuídos dos enunciados e pressupostos alinhavados, os estudantes, agora recebidos no campus da Universidade Mackenzie poderão, se considerarem oportuno, rever posicionamentos e gerar novas idéias, visando a conquista de melhores condições de vida para todos os brasileiros.

Dentro de alguns anos, os estudantes que, hoje, ingressam na Escola Superior, ao deixá-la, poderão criar novas perspectivas para o Brasil, sem os obstáculos que, até aqui, bloquearam a capacidade individual de cada um para entender a realidade e, em seguida, procurar sua transformação".

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE HERCULANO - História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal - Publicações Europa-América - Lisboa - sem data.
- ALEXANDRE HERCULANO - História de Portugal - Livraria Allaud & Bertrand e Livraria Francisco Alves - Paris/Rio de Janeiro - 1875.
- ANITA WAINGORT NOVINSKY - Inquisição - Inventário de Bens Confiados a Cristãos-Novos - Imprensa Nacional Lisboa - 1978.
- ANTONIO JOSÉ SARAIVA - Inquisição e Cristãos-Novos - Imprensa Universitária/Editorial Estampa - Lisboa - 1965.
- ANTONIO SÉRGIO - Breve Interpretação da História de Portugal - Livraria Sá da Costa Editora Estampa - Lisboa - 1966.
- CAIO PRADO JÚNIOR - História Econômica de Brasil - Editora Brasiliense - São Paulo - 1977.
- CELSO FURTADO - Formação Econômica do Brasil - Companhia Editora Nacional - São Paulo - 1978.
- FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN - História Geral do Brasil - Edições Melhoramentos - São Paulo - 1975.
- GEOG FRIEDERICI - Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus - Instituto Nacional do Livro - Rio de Janeiro - 1967.
- GIANNI VATTIMO (direção) - Enciclopédia Garzanti de Filosofia, Epistemologia, Logica Formale, Linguística, Paleologia, Paleontologia, Pedagogia, Antropologia Cultural, Teologia, Religioni, Sociologia - Edizionali Garzanti - Milano - 1961.
- HENRY KAMEN - La Inquisición Española - Orizaba - Barcelona - 1979.
- I. GRIGULEVICH - História de la Inquisición - Editorial Progreso - Moscú - 1969.
- JOEL SERRÃO (direção) - Dicionário de História de Portugal - Livraria Figueirinhas - Porto - 1985.
- MAX WEBER - A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo - Livraria Pleneira - São Paulo - 1967.
- PINHARANDA GOMES - A Filosofia Hebraico-Portuguesa - Lello & Irmão Editores - Lisboa - 1981.
- RAYMUNDO FAORO - Os Donos do Poder - Formação do Paternato Brasileiro - Editora Globo - Porto Alegre - 1976.
- SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA - Raízes do Brasil - Editora Universidade de Brasília - Brasília - 1963.
- V. H. GREEN - Renascimento e Reforma - Publicações Dom Quixote - Lisboa - 1984.
- VIANNA MOOG - Bandeirantes e Pioneiros - Paralelo entre duas Culturas - Editora Globo - Porto Alegre - 1964.
- WERNER SOMBART - El Burgués - Alianza Universidad - Madrid - 1977.